

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MÉTODO LANCASTERIANO DURANTE O IMPÉRIO BRASILEIRO

VITÓRIA CHÉRIDA COSTA FREIRE

Universidade Estadual do Ceará. E-mail: vitoria.cherida@aluno.uece.br

KAROLYNNE BARROZO DE PAULA

Universidade Estadual do Ceará. E-mail: karolynne.barrozo@aluno.uece.br

Introdução

O Método Lancasteriano ou Ensino Mútuo foi incentivado como modelo formal de ensino pelo governo imperial durante toda a primeira fase oitocentista. Foi instituído primeiramente pela *Lei de 15 de Outubro*, que determinou a criação em todas as vilas, cidades e demais localidades povoadas, as *escolas de primeiras letras*, tanto para o sexo masculino, como para o sexo feminino. Por meio dessa lei de 1827, considerada a primeira lei completa sobre a instrução pública nacional, e de demais decretos oficiais, o Método Lancasteriano foi incentivado e defendido na Legislatura pelos governantes da época.

Diante do exposto, estudo tem como objetivo descrever as características e apresentar as tentativas de institucionalização no território brasileiro do Método Lancasteriano, que constitui o objeto de estudo do presente texto. A demarcação temporal refere-se à primeira metade do século XIX, devido a quantidade de debates, leis e decretos que priorizam o Método Lancasteriano no ensino brasileiro.

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa intitulada “Cotidiano das práticas formativas de professores em Fortaleza: mitos e ritos na constituição de uma cultura profissional docente” e possui caráter teórico-bibliográfico. As fontes utilizadas para a realização deste trabalho foram Neves (2003), Almeida (1989) e Azevedo (1996).

Consideramos que “a adoção do método mútuo foi objeto de avaliações discrepantes. É certo, porém, que nas fontes pesquisadas em nenhum momento aparecem elogios quanto à parte propriamente pedagógica do método, ou seja, ao potencial de instruir bem” (SAVIANI apud VILLELA, 1999, p.155).

A partir da tentativa de institucionalizar o Método Lancastriano não obteve grandes resultados a partir de meados do século XIX por uma série de fatores, como a estrutura física, a estrutura pedagógica, a falta de formação de professores e monitores e a ausência de fiscalização do ensino.

1. O Método Lancaster/Ensino Mútuo

O Método Lancaster ou Método Mútuo foi o método pedagógico criado pelo inglês Joseph Lancaster no final do século XVIII, e amparado nas ideias pedagógicas do pastor Andrew Bell e de Jérémy Bentham. O método criado na Inglaterra propagou-se até à França, Portugal, Itália, Alemanha e demais países da Europa, da África (como Serra Leoa), e das Américas (Canadá, México, Argentina e Brasil).

O Método Lancaster consistia no apelo à memorização, à repetição e principalmente, ao ensino oral. A partir dessa metodologia, como afirma Fátima Maria Neves em *O Método pedagógico de Lancaster e a Cultura escolar*, Lancaster acreditava inibir a preguiça e a ociosidade, além de aumentar o desejo de quietude dos alunos.

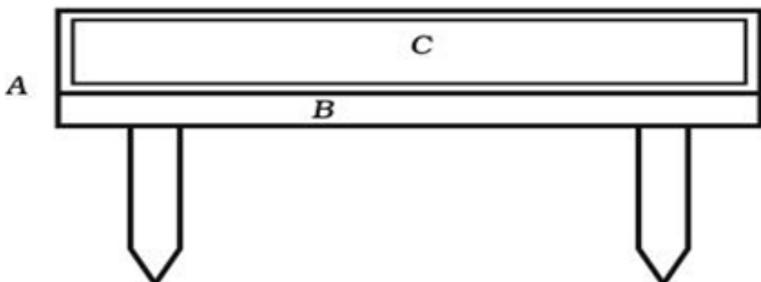
O método mútuo era organizado na proposta do sistema monitorial. O professor ensinava as lições à um grupo mais amadurecidos, os monitores, que se dividiam em grupos de aproximadamente dez alunos (de acordo com o nível de conhecimento), para ensinar aos demais o que haviam aprendido. O critério de seleção de monitores estava ligado às habilidades individuais. A tarefa do monitor era coordenar o grupo de alunos para que estes corrigissem seus erros entre si.

Para Lancaster, os monitores eram os responsáveis pela organização geral da escola, da limpeza e, fundamentalmente, da ma-

nutenção da ordem, outra tarefa relevante do monitor lancasteriano, posto que ele defendia uma proposta disciplinar de instrução, relacionada a disciplinarização da mente, do corpo e no desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar, e não na independência intelectual. (NEVES, 2006, p.02)

O método possuía regras rigorosas em que os alunos deveriam sentar em bancos num salão amplo e arejado. Sentados numa cadeira alta os mestres supervisionavam os monitores e os educandos. (SAVIANI, 2007) O método dispensava o uso de livros, fazia uso de castigos físicos e/ou morais e de premiação com medalhas aos que mereciam.

Para a o trabalho com o alfabeto, o método exigia, segundo explica Fátima Maria Neves em sua obra *O Método pedagógico de Lancaster e a Cultura escolar*, página 2: “uma escrivaninha composta de um banco para as crianças sentarem, à frente do qual era colocado um outro (A), aproximadamente 30cm mais alto, e dividido em duas partes, uma que servia de apoio para os braços das crianças (B) e outra cercada por bordas ou sarrafos (C), para impedir que a areia escorresse”



Gravura: Banco de areia para o ensino da escrita retirada da tradução do livro de Lancaster (1823)¹

¹ A imagem foi retirada de: NEVES, Fátima Maria. *O Método pedagógico de Lancaster e a Cultura escolar*. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss12_06.pdf>

Os instrumentos utilizados eram *apitos*, para indicar as ordens do mestre; uma *tábua de areia*,² onde os alunos aprendiam o alfabeto; o *alfabeto em cartões suspensos*³; e as *lousas*⁴ que eram utilizadas individualmente pelos alunos.



A imagem apresenta o ensino mútuo (1827), onde os alunos assumiam função docente⁵

² O procedimento para o ensino do alfabeto por meio da caixa de areia começava quando o monitor dava a ordem de preparar, quando, então, os alunos levantavam o dedo indicador, o monitor comunicava a letra A, escrevia na areia e dizia: façam. A operação de repetição das letras não devia exceder a quatro vezes. (NEVES, *O Método pedagógico de Lancaster e a Cultura escolar*, p. 03)

³ O procedimento exigido por Lancaster era o de que deviam os monitores de leitura conduzir, de doze em doze, os alunos da classe do ABC até o lugar onde estavam os cartazes. Sob a forma de semicírculos diante desses cartazes, e com as mãos para trás, era feita a lição. (NEVES, *O Método pedagógico de Lancaster e a Cultura escolar*, p.04)

⁴ A lousa era utilizada pelos alunos da terceira série, e a utilizavam para a leitura simultânea com a escrita e a soletração. (NEVES, *O Método pedagógico de Lancaster e a Cultura escolar*, p.04)

⁵ A imagem foi retirada da obra de: SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. Página 127.

O Método Monitorial e o Contexto Educacional Brasileiro na Legislatura oitocentista

O Método Lancaster se deu em Portugal, a partir do ano de 1815. Ano em que a sede do governo português estava no Brasil. Hipólito José da Costa de Mendonça foi o primeiro brasileiro a defender o método no país. O editor do *Jornal Correio Braziliense* publicou sete artigos no mesmo jornal apresentando as vantagens do método para a educação elementar.

Pelo decreto de 3 de julho de 1820, ao professor João Batista de Queiroz é concedida “uma pensão anual para ir à Inglaterra aprender o sistema Lancasteriano” (BRASIL. Decreto de 3 de julho de 1820, p. 6). O Decreto de 1º de março de 1823 cria oficialmente a primeira escola com o método Lancaster no município da Corte. Esta era uma escola destinada a formação de professores, especialmente militares.

Hei por bem mandar criar nesta Corte uma Escola de primeiras letras, na qual se ensinará pelo método do ensino mútuo, sendo em benefício, não somente dos militares do Exército, mas de todos as classes dos meus súditos que queiram aproveitar-se de tão vantajoso estabelecimento (BRASIL. Decreto de 1º de março de 1823).

No dia 12 de novembro de 1823 a Assembleia Constituinte e Legislativa foi dissolvida por D. Pedro I, imperador do Brasil, que autorgou a primeira Constituição do Império brasileiro em 25 de março de 1824. O artigo 179, nº 32, “garante a instrução primária gratuita a todos os cidadãos” (AZEVEDO, 1996, p.55)

Deputados e senadores elaboraram e aprovaram em 1826 uma lei geral para a educação primária. Esta foi sancionada em 1827 pelo imperador Dom Pedro I, a *Lei de 15 de Outubro*, que determinou que fossem criadas em todas as vilas, cidades e demais localidades povoadas, as *escolas de primeiras letras*, tanto para o

sexo masculino, como para o sexo feminino. Esta lei determinou também a organização da instrução primária e secundária na Corte e nas Províncias do Império.

A Lei de 15 de Outubro de 1827 (art. 6º) detalhava o que deveria ser ensinado aos alunos. Havia uma distinção na educação dos meninos e das meninas. Os meninos aprendiam Aritmética (as quatro operações, os decimais, os quebrado e as proporções), Geometria prática, Gramática e princípios cristãos. Para as meninas era necessário ensinar a Aritmética, o ensino das quatro operações, excluindo a Geometria e, em seu lugar, deveriam aprender as prendas domésticas. Esta diferença nos conteúdos demonstrava o modelo de formação da mulher, que já possuía seu papel determinado na sociedade da época.

Nessa época havia grande carência de professores, assim como a falta de preparo para o ensino no território nacional. Em contrapartida à falta de habilitação dos professores, em 1828, o Imperador sancionou a Lei de Organização das Câmaras Municipais, elevando as Câmaras Municipais à categoria de Inspetoras de Ensino, atribuindo as mesmas à fiscalização das escolas de primeiras letras e educação e destino dos órfãos pobres. Cabia aos presidentes das províncias, durante as audiências nas Câmaras, discutir sobre a nomeação e demissão de professores; sobre a extinção das escolas em locais poucos povoados; e sobre o ordenado dos professores.

Em 1831 o ministro José Lino Coutinho referiu-se à Câmara com as seguintes palavras:

Havendo chegado ao conhecimento da Regência o mau estado em que quase geralmente se acham logo em seu começo as escolas elementares de ensino mútuo, que o Estado com sacrifício não pequeno tem procurado estabelecer e espalhar, a fim de meter na massa geral dos cidadãos a primeira e mais essencial instrução, de ler e escrever, sem o que se não pode dar melhoria de indústria, e nem de moralidade, e isto talvez pelo pouco cuidado da parte das municipalidades, a quem cumpre prestar uma escrupulosa atenção em

negócio de tanta transcendência (BRASIL. Decisão n. 275 do Ministério do Império de 1831).

Em oposição à José Lino Coutinho, o ministro Nicolau Vergueiro apresentou no seu relatório de 1833 que o ensino mútuo não obteve vantagens no Brasil como em outros países, por isso recomendou que não multiplicassem as escolas com esse método, enquanto as existentes não se aperfeiçoassem. Meses depois a Assembleia Legislativa aprovou uma resolução sancionada pela regência, em nome do Imperador, solicitando a providência de cadeiras⁶ de Primeiras Letras pelo Método Mútuo nas Províncias onde há prática de ensino com o referido método.

Com a aprovação do Ato Adicional à Constituição do Império, em 12 de agosto de 1834, passaria do governo central para os governos provinciais a obrigação de cuidar das escolas primárias e secundárias. Vale ressaltar que: (SOUZA, 2008 p. 19)

A escola primária, destinada à maioria da população, deveria difundir os saberes elementares e os rudimentares das ciências físicas, naturais e sociais, enquanto a escola secundária, atendendo as elites dirigentes e a classe média em ascensão permaneceria como a guardiã da cultura geral de caráter humanista.

Na província do Rio de Janeiro foi criada em 1835 uma Escola Normal que adotou o método Lancasteriano para formar professores primários. A província de Mato Grosso também indicou a criação de uma Escola Normal que pudesse preparar os professores pelo Método Mútuo.

O ensino mútuo ainda foi destacado na Legislação ao final do ano de 1845 quando o Decreto n. 440, de 10 de dezembro, regulou a realização “dos concursos às Cadeiras Públicas de Primeiras Letras pertencentes ao Município da Corte”. De acordo com o artigo 8º: “Far-se-á por último o exame da prática do Ensino Mútuo, do qual o Examinador

⁶ O termo “cadeira” refere-se à disciplina curricular que estava a cargo de um professor. Este último era denominado lente catedrático.

explicará um só processo, fazendo-o executar pelos Meninos” (BRASIL. Decreto n. 440 de 10 de dezembro de 1845, p.135-38).

A partir da metade do século XIX os regulamentos passaram a sugerir o método simultâneo como alternativa de ensino, devido os baixos resultados que o Método Lancastriano obteve ao longo das tentativas de institucionalização no Brasil. O método mútuo continuou sendo utilizado no período do Império, mas não como método oficial.

As Dificuldades da Instituição do Método Lancastriano no Brasil

Este método era tido como econômico, pois concentrava grande número de alunos com apenas um professor. Porém uma das grandes dificuldades em se obter êxito com o Método Mútuo foi a falta de preparo dos professores em, ao mesmo tempo, conduzirem as lições, direcionarem os monitores e manterem a ordem do grupo. Aos monitores também faltava a habilitação para exercerem uma função de docência em relação aos demais alunos.

Durante a disseminação das Escolas de Primeiras Letras, onde se deveria utilizar o método mútuo, as aulas muitas vezes não funcionavam em prédios escolares próprios do governo, mas em espaços improvisados, como igrejas, prédios comerciais ou salões. Ou seja, não havia espaço apropriado para o ensino mútuo, que agregava grande número de alunos. Assim como não haviam recursos didáticos e estrutura física suficientes.

Também foi um fator que contribuiu para a substituição do método Lancastr a ausência de fiscalização do ensino pelas autoridades, “o que tornava frequente nos relatórios a demanda da implantação de um serviço de inspeção nas escolas” (SAVIANI, 2007, p.130)

Conclusão

Durante o início do século XIX o Método Lancastr foi o método a ser incentivado como modelo formal de ensino pelo governo

imperial. O método Lancaster era o que havia de mais moderno em termos educacionais da época, tanto que a sua adoção na legislação educacional brasileira foi tão defendida por deputados e senadores. Foi implantado no Brasil com o intuito de proporcionar uma metodologia de ensino que instrísse o maior número de alunos, em menor tempo possível.

Dentre as principais características do método Lancasteriano estão os castigos físicos e morais; o apelo à memorização e à repetição; a utilização de utensílios pedagógicos próprios, como a tábua de areia; e o recebimento de prêmios.

Os primeiros professores lancasterianos no Brasil foram soldados. A disciplina rígida também era uma das características deste método, que incluía uma conduta obediente, capaz de aceitar ordens, sem questionamentos. Dessa forma, a escola e o que nela continha, representou um local de controle, hierarquização e ordem, em que a classe pobre da sociedade recebia minimamente instrução e continuava submissa a classe dominante com obediência às leis religiosas e ao Estado.

Mesmo com a tentativa de difusão do Método Mútuo no Brasil, houve pouca aceitação na prática pedagógica das escolas das Províncias por uma série de fatores, como a estrutura física, a estrutura pedagógica, a falta de formação de professores e monitores e a ausência de fiscalização do ensino.

Em contrapartida o Método Lancaster deu origem à primeira Escola Normal do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1845. Criada para habilitar professores e militares a utilizar o Método Mútuo. Foi também a partir desse método se iniciou à educação de mulheres e adultos, além do ensino noturno.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP-MEC, 1989.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*, 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

BRASIL. Decisão n. 275 do Ministério dos Negócios do Império, de 2 de setembro de 1831. *Dá providências a bem do ensino primário nas escolas públicas*. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1831. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

BRASIL. Decreto de 1º de março de 1823. *Cria uma Escola de primeiras letras, pelo método do Ensino Mútuo para instrução das corporações militares*. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. Decreto de 3 de julho de 1820. *Concede a João Batista de Queiroz uma pensão anual, para ir à Inglaterra aprender o sistema Lancasteriano*. Coleção das Leis do Brasil de 1820. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BRASIL. Decreto n. 440 de 10 de dezembro de 1845. *Regula o modo dos concursos às Cadeiras Públicas de Primeiras Letras pertencentes ao Município da Corte*. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845 – Tomo VIII Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846.

NEVES, Fátima Maria (2003). *O Método Lancasteriano e o processo de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)*. Tese (Doutorado)-UNESP, Assis.

NEVES, Fátima Maria. *O Método Lancasteriano e o Projeto de Civilização do Governo imperial brasileiro*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/089.pdf>> Acesso em: Maio de 2013

NEVES, Fátima Maria. *O Método pedagógico de Lancaster e a Cultura escolar*. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss12_06.pdf> Acesso em: Maio de 2013.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da Organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.